

estudos e pesquisas

nº 85 – outubro de 2017

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2017

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2017

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com base no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresenta o balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2017. Neste estudo, foram analisados os reajustes de 300 unidades de negociação de empresas privadas e estatais dos setores da Indústria, do Comércio e dos Serviços em todo o território nacional.

Os dados revelam mudança no quadro de queda do percentual de reajustes acima da inflação observado nos últimos dois anos. No primeiro semestre de 2017, cerca de 60% dos reajustes resultaram em aumentos reais, 30% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 10% registraram perdas salariais, tomando-se por referência a variação do INPC-IBGE¹ em cada data-base.

Resultados

Praticamente 60% das negociações salariais do primeiro semestre de 2017 conquistaram aumento real. Os reajustes com ganhos reais se concentraram na faixa de até 0,5 pontos percentuais acima da inflação.

Foram observados reajustes iguais à inflação em 30% das negociações analisadas. Já os reajustes com perdas reais correspondem a 10%. Mais da metade destes resultaram em perdas de até 0,5 pontos percentuais abaixo da inflação.

A variação real média dos reajustes no primeiro semestre de 2017 foi de 0,32%, voltando a ser positiva após a perda real média observada em 2016.

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE
Brasil, janeiro a junho de 2017

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	179	59,7
mais de 2% acima	5	1,7
de 1,01% a 2% acima	28	9,3
de 0,51% a 1% acima	39	13,0
de 0,01% a 0,5% acima	107	35,7
Igual ao INPC-IBGE	91	30,3
de 0,01% a 0,5% abaixo	16	5,3
de 0,51% a 1% abaixo	9	3,0
mais de 1% abaixo	5	1,7
Abaixo do INPC-IBGE	30	10,0
Total	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

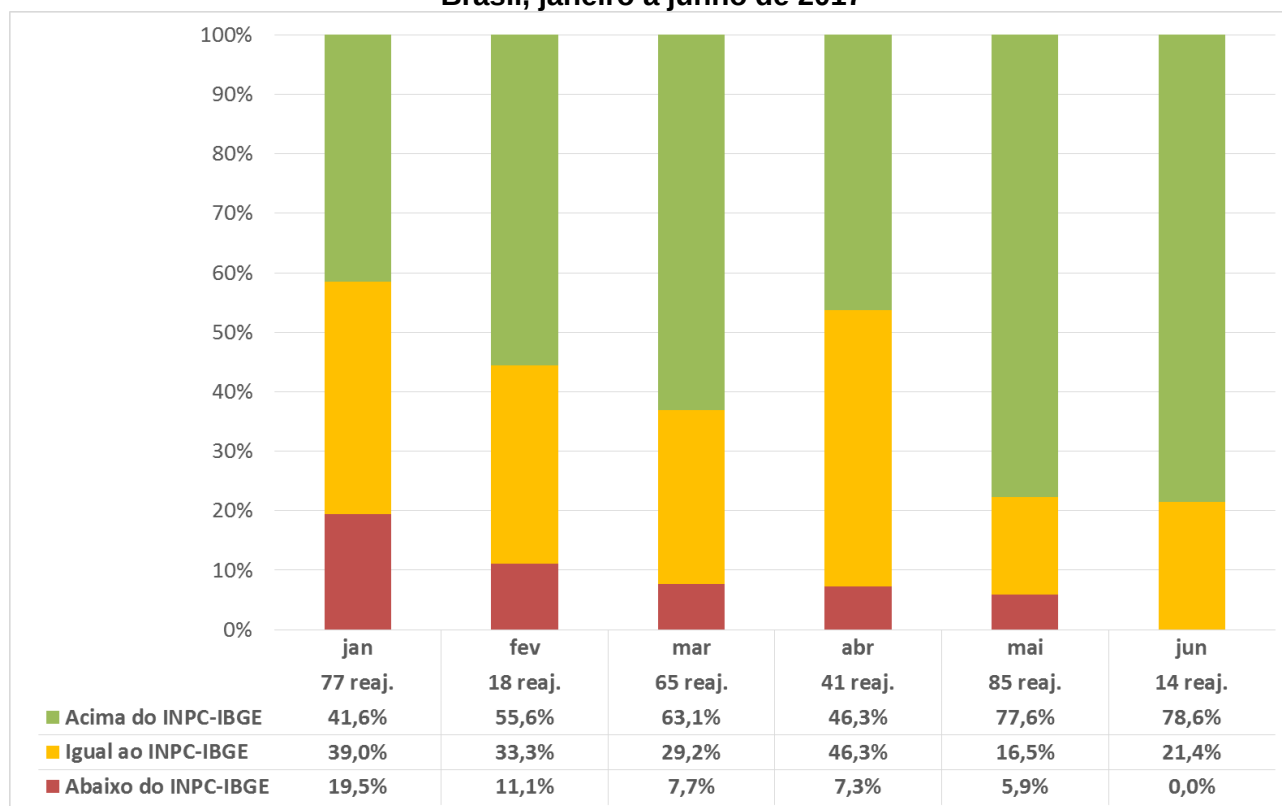
Reajustes salariais por data-base

Ao se observar a progressão da distribuição dos reajustes no primeiro semestre em comparação com a inflação no Gráfico 1, é possível notar que ao longo dos meses a proporção de reajustes acima da inflação aumentou paulatinamente, com exceção de abril. Em janeiro, quase 42% das negociações tiveram aumento real, enquanto em junho o percentual foi de 80%.

Os reajustes abaixo da inflação tiveram queda sistemática ao longo do primeiro semestre. A proporção de negociações com perdas reais em janeiro foi de cerca de 20%, que caiu gradualmente mês a mês e em junho sequer foi observada.

Além disso, houve no período analisado queda das negociações com reajustes iguais aos índices inflacionários. Em janeiro, 39% dos reajustes eram iguais à inflação, percentual que caiu nos meses seguintes, com exceção de abril (46%) que registou a maior proporção do semestre, fechando o período com 21% após um ligeiro aumento em relação a maio (17%).

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação
com a variação do INPC-IBGE, segundo data-base
Brasil, janeiro a junho de 2017

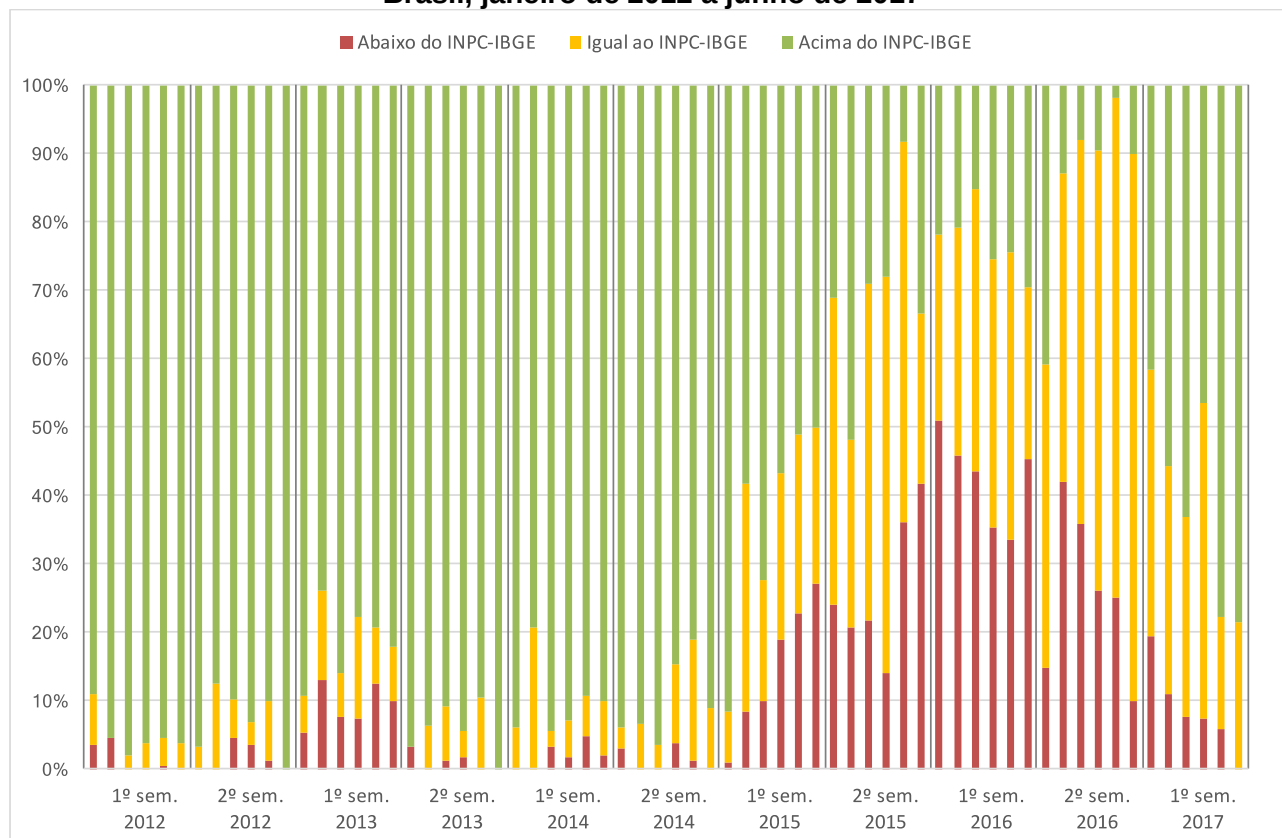


Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos reajustes salariais por data-base desde 2012 e evidencia o aumento dos reajustes acima da inflação em 2017 na comparação aos dois anos anteriores. O percentual de reajustes acima da inflação que se mantinha em patamar estável acima de 80% até 2014 teve queda a partir de 2015 motivada pela crise econômica e gradual aumento dos índices inflacionários. Os reajustes necessários para repor as perdas salariais foram aumentando e tornando cada vez mais difícil a negociação de reajustes acima da inflação.

A variação real média voltou a ser positiva após três semestres registrando variações negativas, como mostra o Gráfico 3. Mas apesar de índices de inflação muito baixos, a variação real média foi de apenas 0,35% acima do INPC, variação inferior à observada nos anos anteriores a 2015.

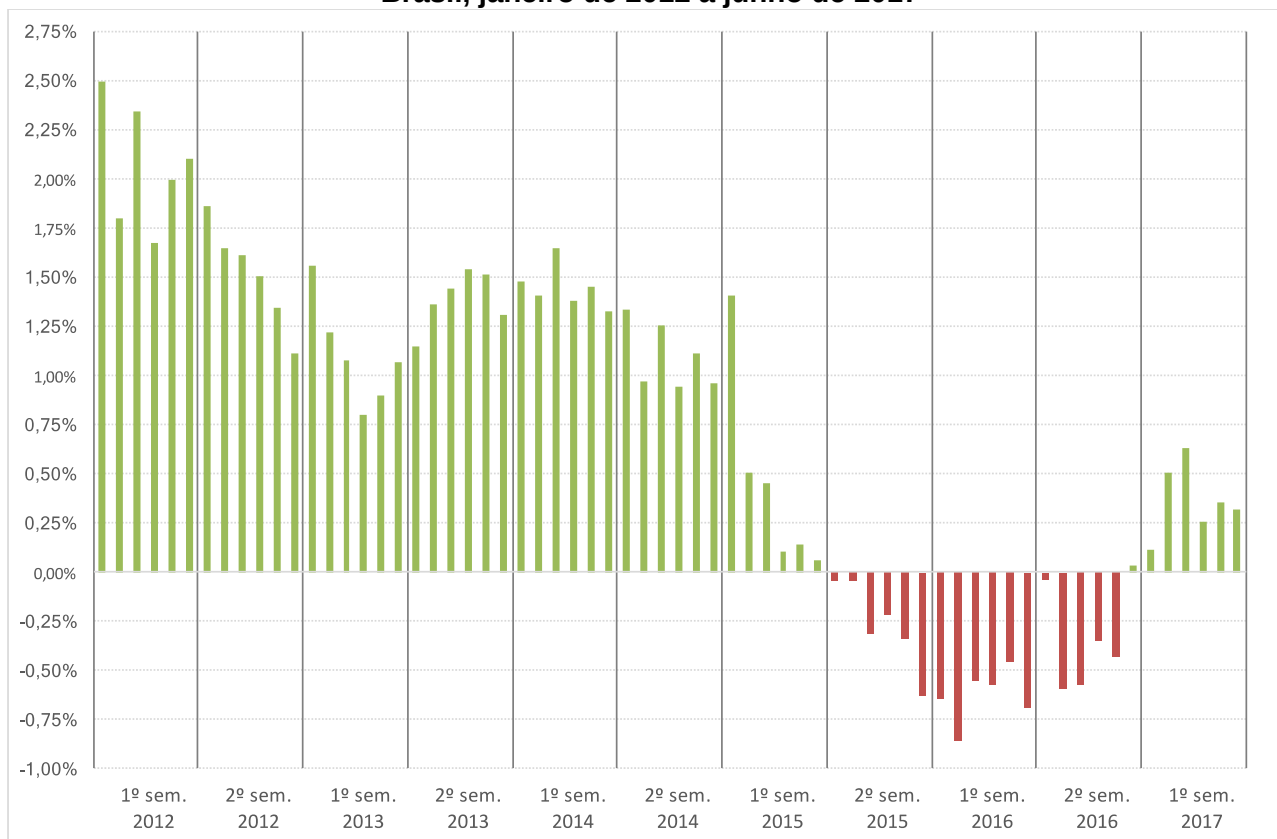
GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação
com a variação do INPC-IBGE, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes negociados pelas unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE

GRÁFICO 3
Varição real média dos reajustes, segundo o INPC-IBGE, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

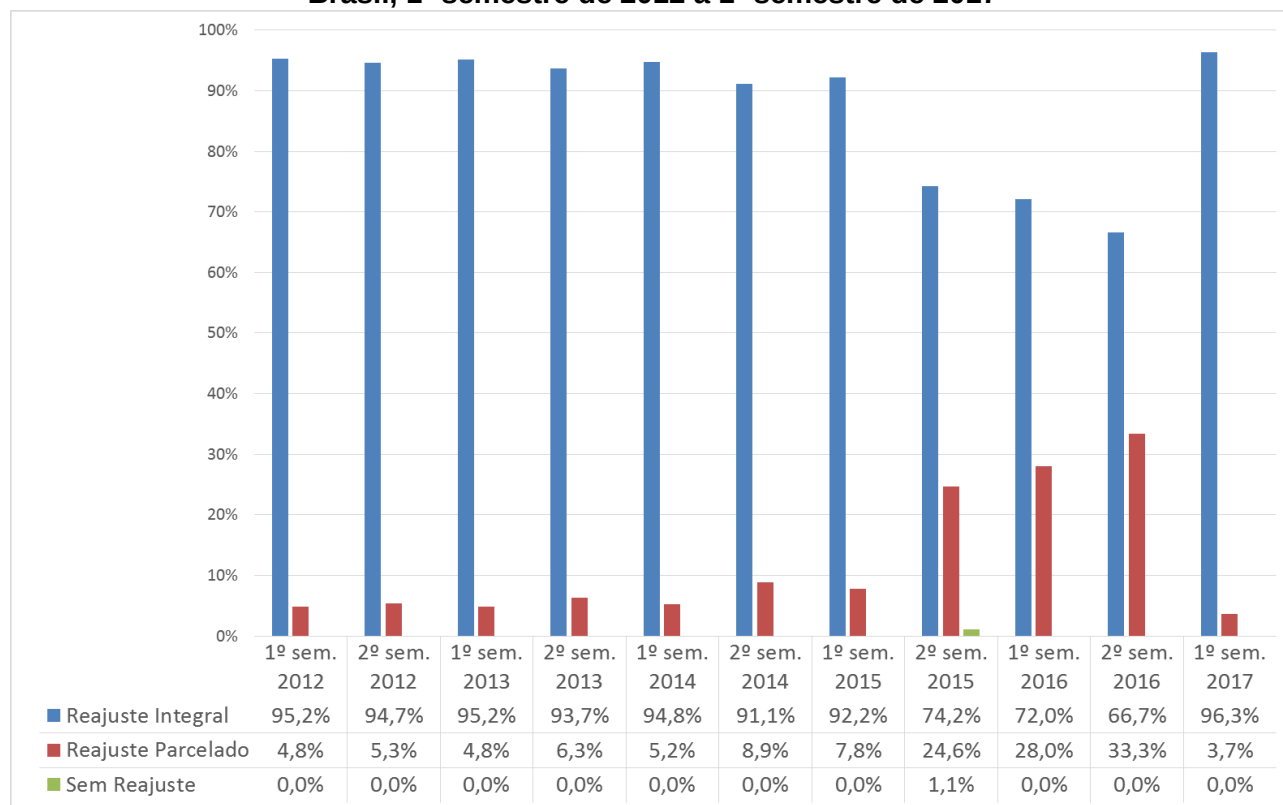
Obs.: Foram considerados os reajustes negociados pelas unidades de negociação acompanhadas pelo SAS-DIEESE

As negociações também podem se diferenciar no que se refere ao eventual parcelamento do reajuste em mais de um mês; ao escalonamento, quando há concessão de reajustes diferentes segundo faixas de salário; e ao pagamento de abonos.

A proporção de reajustes parcelados no primeiro semestre foi de cerca de 4%, a menor registrada desde o primeiro semestre de 2012 (Gráfico 4). O quadro, porém, é semelhante ao comportamento observado nos semestres entre 2012 e o primeiro semestre de 2015. Nos três semestres subsequentes, contudo, houve aumentos consecutivos na proporção de reajustes parcelados, que chegaram a representar um terço das negociações no segundo semestre de 2016.

Reajustes parcelados, escalonados e pagamento de abono salarial

GRÁFICO 4
Reajustes salariais, segundo forma de pagamento
Brasil, 1º semestre de 2012 a 1º semestre de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quando se analisa o comportamento das negociações investigadas neste estudo no período de 2012 a 2017², é possível notar que houve queda do percentual de reajustes escalonados neste último ano (Tabela 2). Após registrar percentuais próximos a 20% entre 2012 e 2015, o pagamento diferenciado de reajuste segundo faixas salariais teve um significativo aumento em 2016, quando um terço das negociações estabeleceu o escalonamento. No primeiro semestre de 2017 a proporção de reajustes escalonados caiu 5 pontos percentuais para 28%, porém ainda superior ao patamar anterior a 2016.

² Para efeitos comparativos, a análise do abono e escalonamento será feita considerando somente os reajustes das mesmas 300 unidades de negociação deste estudo para o período de 2012 a 2017. Isso se deve ao fato de que o escalonamento e o abono salarial decorrerem mais de práticas consolidadas de negociação de determinadas categorias do que de fatores conjunturais. Por isso, para melhor captar mudanças dessas formas de pagamento, optou-se por comparar as mesmas unidades de negociações. Vale uma ressalva: como as unidades de negociação podem mudar de data-base, dizer que foram comparados os resultados das mesmas 300 unidades de negociação no período de 2012 a 2017 não significa que foram comparados os resultados das negociações do primeiro semestre do mesmo período. Eventualmente, algumas das 300 unidades de negociação podem ter negociado no segundo semestre em anos anteriores.

A proporção de negociações com abonos salariais foi a menor do período analisado. O patamar registrado em 2017, contudo, pouco difere do observado nos anos anteriores.

TABELA 2
Reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2012-2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Escalonamento	22,0%	20,7%	19,0%	21,0%	33,3%	28,3%
Abono salarial	3,0%	5,3%	5,0%	5,0%	4,0%	2,3%
Sem escalonamento e abono	74,3%	71,7%	74,7%	74,3%	63,3%	70,0%
Sem informação ⁽¹⁾	2,3%	3,7%	1,3%	1,3%	0,3%	0,0%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (1) Conjunto das 300 unidades de negociação sem reajuste informado ao SAS-DIEESE.

Obs.: a) Dados referentes às negociações salariais das mesmas 300 unidades de negociação.

b) A soma dos percentuais pode ser superior a 100% dado que uma mesma unidade de negociação pode adotar o escalonamento do reajuste e pagar abono salarial.

Reajustes salariais por setores econômicos

O maior percentual de reajustes acima da inflação entre os setores econômicos foi observado nos serviços, setor em que cerca de 68% de reajustes resultaram em ganhos reais (Tabela 3). Praticamente 10% das negociações tiveram reajuste abaixo da inflação e em 22% o reajuste foi em valor igual à inflação.

Cerca de 58% dos reajustes do Comércio resultaram em ganhos reais, 37% das negociações registraram reajustes com valor igual à inflação e praticamente 5% das negociações tiveram perda, a menor proporção entre os setores.

Na Indústria, pouco mais de 51% dos reajustes ficaram acima da inflação, cerca de 37% foram iguais à inflação e 12% das negociações não repuseram as perdas inflacionárias.

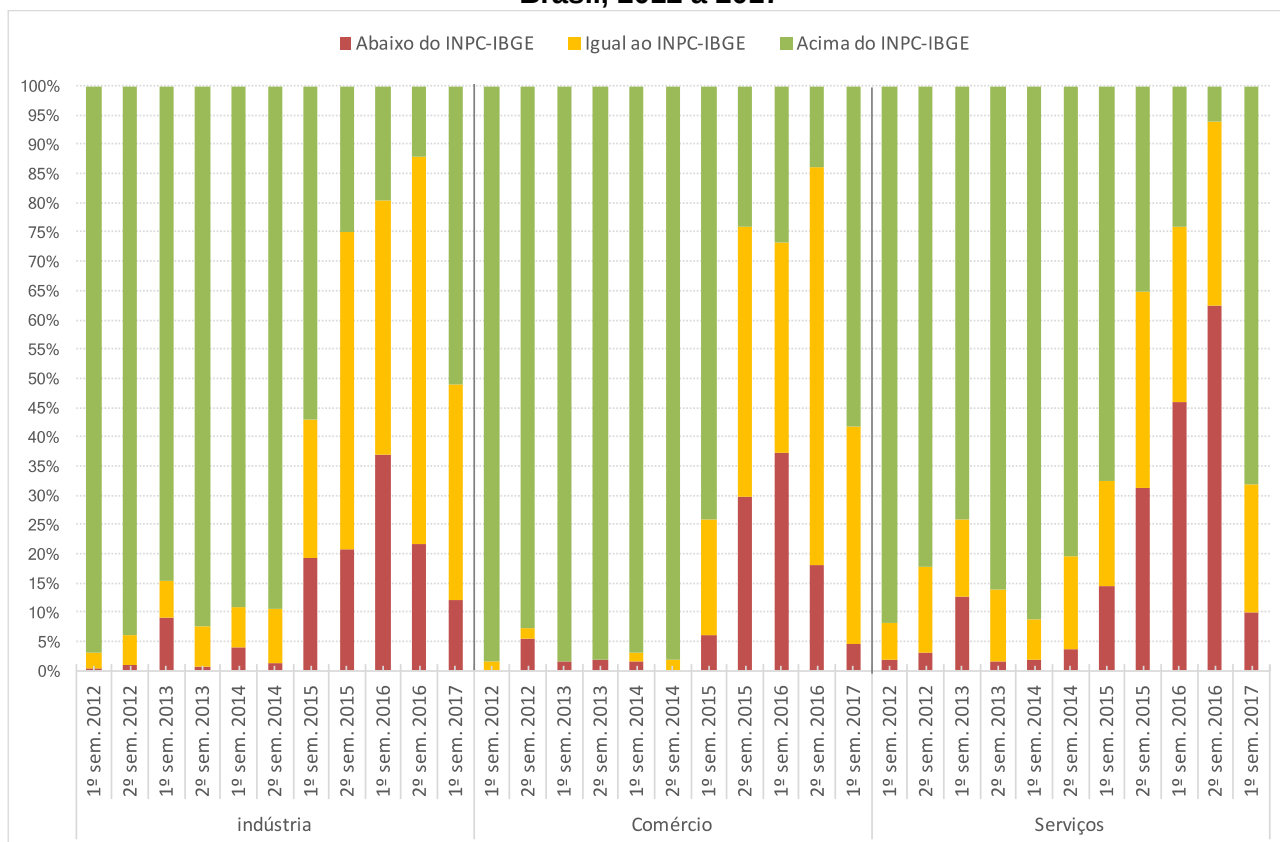
TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE,
por setor econômico
Brasil, janeiro a junho de 2017

Variação	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	64	51,2	25	58,1	90	68,2	179	59,7
mais de 2% acima	0	0,0	1	2,3	4	3,0	5	1,7
de 1,01% a 2% acima	3	2,4	8	18,6	17	12,9	28	9,3
de 0,51% a 1% acima	11	8,8	8	18,6	20	15,2	39	13,0
de 0,01% a 0,5% acima	50	40,0	8	18,6	49	37,1	107	35,7
Igual ao INPC-IBGE	46	36,8	16	37,2	29	22,0	91	30,3
de 0,01% a 0,5% abaixo	8	6,4	0	0,0	8	6,1	16	5,3
de 0,51% a 1% abaixo	5	4,0	0	0,0	4	3,0	9	3,0
mais de 1% abaixo	3	1,6	2	4,7	1	0,8	5	1,7
Abaixo do INPC-IBGE	15	12,0	2	4,7	13	9,8	30	10,0
Total	125	100,0	43	100,0	132	100,0	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O Gráfico 5 mostra que houve melhora no quadro da distribuição dos reajustes salariais em todos os setores. Entretanto nota-se que nos Serviços a mudança ocorreu de forma mais acentuada no primeiro semestre de 2017, com forte queda dos reajustes abaixo da inflação e aumento dos reajustes acima da inflação. Na Indústria e no Comércio a queda dos reajustes com perdas salariais foi gradual tendo início no segundo semestre de 2016.

GRÁFICO 5
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE,
por setor econômico e semestre
Brasil, 2012 a 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A Tabela 4 mostra a distribuição dos reajustes salariais segundo as atividades econômicas acompanhadas pelo DIEESE. Na Indústria, os metalúrgicos obtiveram o melhor resultado no primeiro semestre, com 84% das negociações com aumentos reais e sem registro de negociação com perda salarial.

O comércio de minérios e derivados do petróleo obteve o melhor resultado entre as atividades do setor do comércio, com cerca de 63% dos reajustes acima da inflação. O comércio atacadista e varejista. Porém, ao contrário do comércio de minérios e derivados de petróleo, o comércio varejista e atacadista não registrou negociações abaixo da inflação.

Nos Serviços, as categorias que conquistaram os melhores resultados foram os securitários (apresentados na tabela na atividade bancária e de seguro privados), empregados na educação e em transportes.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE, segundo setor e atividade econômica
Brasil, janeiro a junho de 2017

Setor / Atividade	Comparação com o INPC-IBGE			Reajustes	
	acima	igual	abaixo	nº	%
Indústria	51,2%	36,8%	12,0%	125	100%
Alimentação	52,9%	23,5%	23,5%	17	100%
Artefatos de Borracha	100,0%	0,0%	0,0%	1	100%
Construção e Mobiliário	37,5%	50,0%	12,5%	32	100%
Extrativista	0,0%	100,0%	0,0%	1	100%
Fiação e Tecelagem	57,1%	28,6%	14,3%	7	100%
Gráfica	25,0%	50,0%	25,0%	8	100%
Joalheria e Lapidação	100,0%	0,0%	0,0%	1	100%
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	84,2%	15,8%	0,0%	19	100%
Papel, Papelão e Cortiça	66,7%	0,0%	33,3%	3	100%
Química e Farmacêutica	50,0%	50,0%	0,0%	10	100%
Urbana	58,3%	25,0%	16,7%	12	100%
Vestuário	35,7%	57,1%	7,1%	14	100%
Comércio	58,1%	37,2%	4,7%	43	100%
Minérios e Derivados de Petróleo	62,5%	12,5%	25,0%	8	100%
Propagandistas e Vend. Prod. Farmacêuticos	50,0%	50,0%	0,0%	2	100%
Varejista e Atacadista	57,6%	42,4%	0,0%	33	100%
Serviços	68,2%	22,0%	9,8%	132	100%
Agentes Autônomos no Comércio	66,7%	33,3%	0,0%	3	100%
Bancos e Seguros Privados	87,5%	12,5%	0,0%	8	100%
Comunicações, Public. e Empresas Jornalísticas	44,4%	33,3%	22,2%	9	100%
Cultura Física	0,0%	100,0%	0,0%	1	100%
Difusão Cultural	66,7%	33,3%	0,0%	3	100%
Educação	75,0%	16,7%	8,3%	24	100%
Processamento de Dados	50,0%	0,0%	50,0%	2	100%
Segurança e Vigilância	50,0%	50,0%	0,0%	14	100%
Serviços de Saúde	60,0%	30,0%	10,0%	10	100%
Transportes	80,0%	16,0%	4,0%	25	100%
Turismo e Hospitalidade	69,7%	12,1%	18,2%	33	100%
Total	59,7%	30,3%	10,0%	300	100%

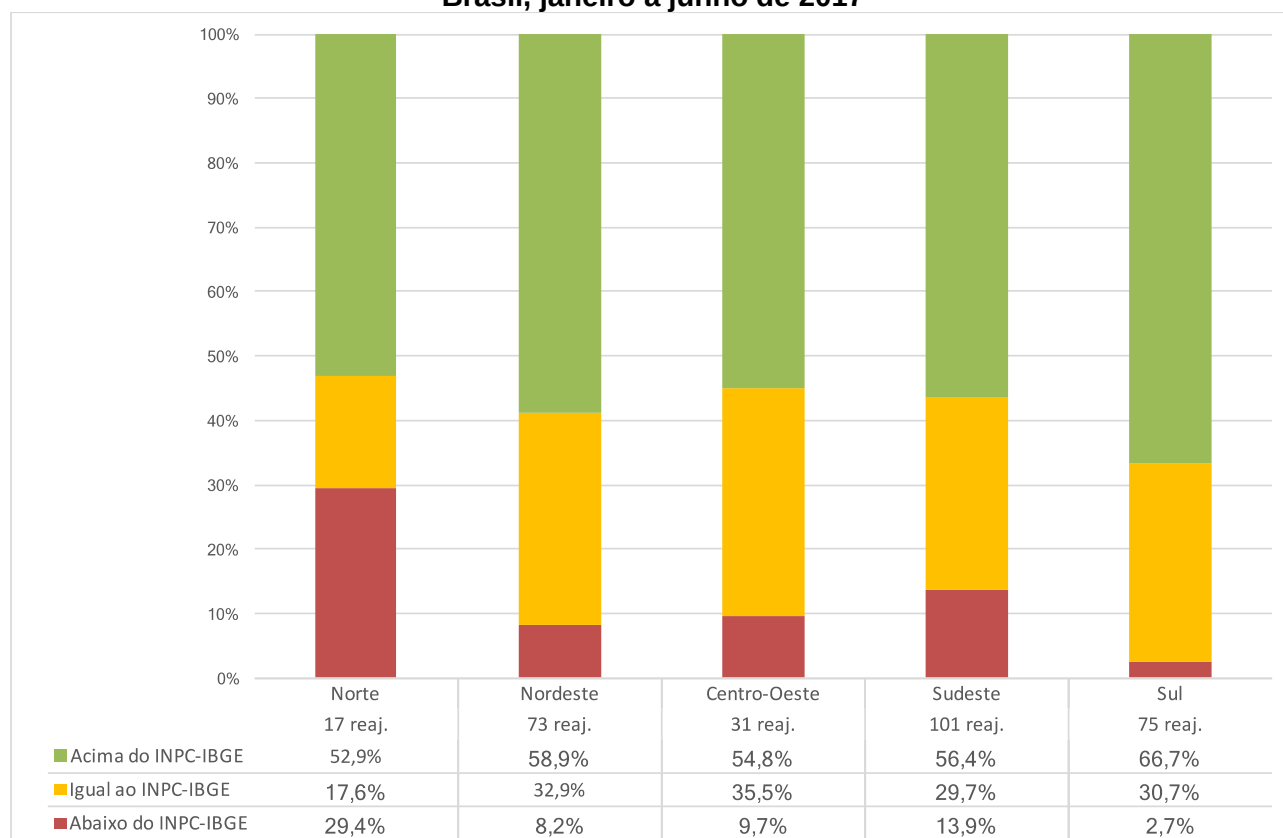
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por regiões geográficas

A região sul teve o melhor resultado na negociação coletiva na comparação entre as regiões (Gráfico 6). Dois terços das negociações conquistaram reajustes com ganhos reais e menos de 3% resultaram em perdas. Nas demais regiões, os reajustes acima da inflação estão em um mesmo

patamar, entre 50% e 60%. Em relação à proporção de reajustes abaixo da inflação, também não há diferenças relevantes e fica por volta de 10%, com exceção da região Norte que registra 29%.

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com
o INPC-IBGE, por região geográfica
Brasil, janeiro a junho de 2017



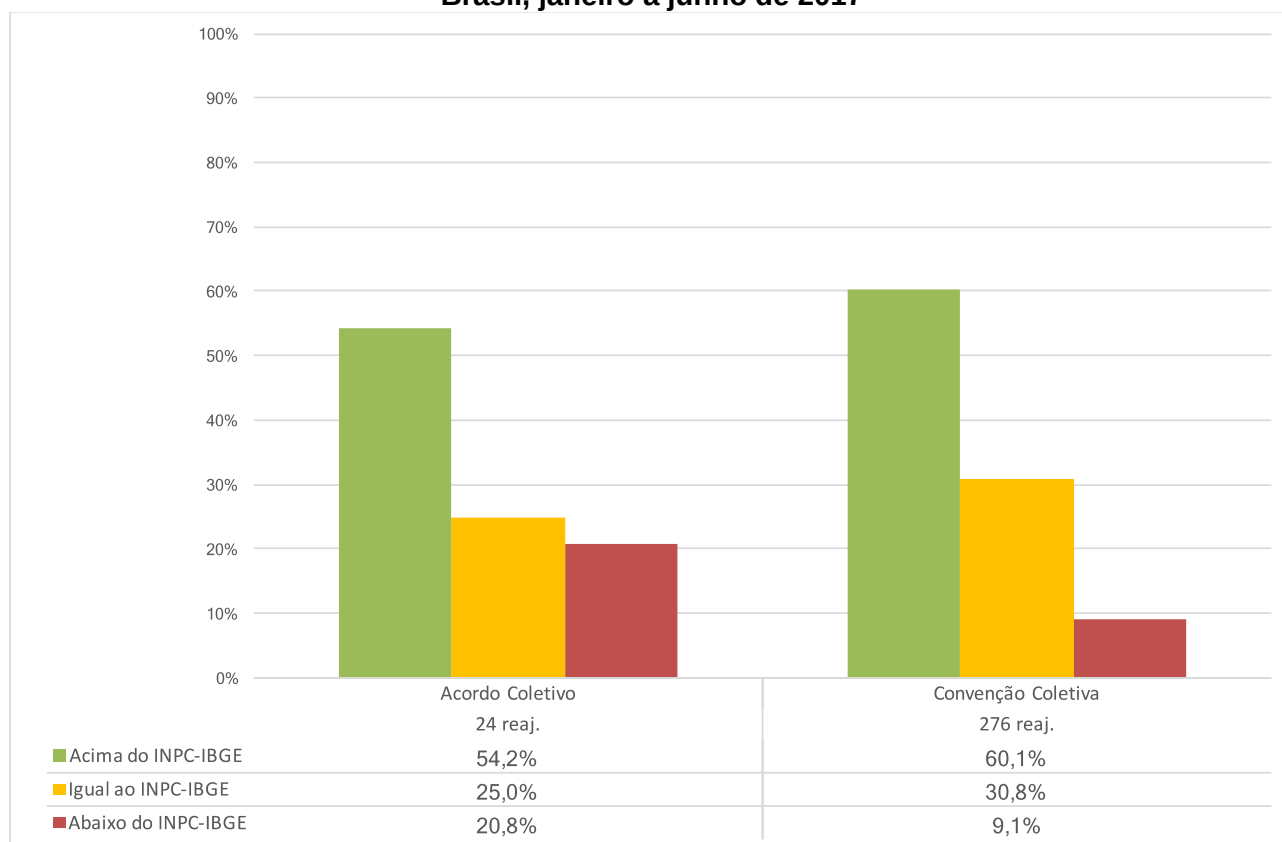
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Não constam da tabela os dados de três negociações de abrangência nacional, cujos reajustes ficaram acima da variação do INPC-IBGE.

Reajustes salariais por tipo de instrumento

As convenções coletivas (documentos resultantes da negociação por categoria) obtiveram melhores reajustes que os acordos coletivos (documentos resultantes da negociação por empresas). As proporções dos reajustes das convenções coletivas com ganho real e iguais à inflação são 6 pontos percentuais maiores que as registradas nos acordos. A diferença é mais significativa entre os reajustes abaixo da inflação, em a proporção nas convenções é 12 pontos percentuais menor que a observada nos acordos.

GRÁFICO 7
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com
o INPC-IBGE, por instrumento normativo
Brasil, janeiro a junho de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo o ICV-DIEESE

Quando a inflação considerada é a medida pelo ICV-DIEESE, o resultado geral da negociação coletiva pode ser considerado melhor. Segundo este índice, praticamente 95% dos reajustes estão acima da inflação, 5% das negociações resultam em perdas salariais e apenas 0,3% (1 unidade de negociação) teve reajuste igual à variação do ICV-DIEESE³

³ As diferenças entre os resultados apurados segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE decorrem das diferenças metodológicas existentes, que implicam estimativas diferentes para a inflação. O ICV-DIEESE, que calcula a variação dos preços na cidade de São Paulo, estimou uma variação ligeiramente menor do que o INPC-IBGE, que calcula a variação dos preços em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia. Os valores dos reajustes necessários em cada data-base, segundo os dois índices, são apresentados no Gráfico 8 nos Anexos do estudo.

TABELA 5
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, janeiro a junho de 2017

Variação	nº	%
Acima do ICV-DIEESE	284	94,7
mais de 2% acima	16	5,3
de 1,01% a 2% acima	52	17,3
de 0,51% a 1% acima	129	43,0
de 0,01% a 0,5% acima	87	29,0
Igual ao ICV-DIEESE	1	0,3
de 0,01% a 0,5% abaixo	9	3,0
de 0,51% a 1% abaixo	3	1,0
mais de 1% abaixo	3	1,0
Abaixo do ICV-DIEESE	15	5,0
Total	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

A análise da negociação coletiva de trabalho do primeiro semestre de 2017 revela uma mudança no comportamento da distribuição dos reajustes salariais em comparação aos semestres imediatamente anteriores. Após dois anos consecutivos de piora, os dados apontam aumento da proporção de reajustes acima da inflação e redução dos reajustes que ficaram abaixo. Contudo, o aumento real médio foi de apenas 0,32%, o que se explica pela concentração de reajustes próximos à inflação.

Como analisado nos balanços de reajustes salariais anteriores, entre 2006 e 2014 as proporções de reajustes acima da inflação se mantiveram em patamares altos, variando entre 80% e 90%. Com o aprofundamento da crise e aumento das taxas inflacionárias, os reajustes acima da inflação tiveram forte queda em 2015 e 2016, ano em que os reajustes com aumentos reais corresponderam a apenas 19% do total.

Os dados mostram que na primeira metade de 2017 houve uma ligeira recuperação das negociações com ganhos reais, favorecidas pelos baixos índices de inflação registrados no período. É possível perceber o quadro de mudança com mais detalhe ao se observar a evolução mensal da distribuição de reajustes (Gráfico 2) e a evolução da inflação (Gráfico 8). Após registrar o nível mais alto no primeiro semestre de 2016, a inflação iniciou trajetória de queda. O impacto da queda da inflação nos reajustes salariais só foi observado em 2017, quando a variação do INPC ficou abaixo de 6% ao ano.

Houve queda também na proporção de reajustes iguais à inflação, embora permaneçam em patamares relativamente altos (30%). Já os reajustes abaixo da inflação tiveram queda mais acentuada, passando de 36% para 10%.

Com a prevalência de reajustes acima da inflação, a variação real média, que foi negativa em 2016, voltou a registrar aumento real no primeiro semestre de 2017. No entanto, quando se observa a distribuição dos reajustes por faixas, nota-se a concentração de negociações em ganhos pouco superiores à inflação (Tabela 1). Os reajustes iguais à inflação ou que resultaram em ganhos de até 0,50% correspondem a dois terços das negociações analisadas. Já os reajustes com ganho real acima de 1% equivalem a 11%. Esse fato revela como a inflação não pode ser considerada como o fator exclusivo para a determinação dos reajustes. Outros fatores contribuem – positiva ou negativamente – para as negociações salariais, como o crescimento do PIB e as taxas de ocupação. Talvez por essa razão, os resultados de 2017, ainda que positivos, se mostraram piores do que os observados em conjunturas anteriores, em que as taxas de inflação eram superiores.

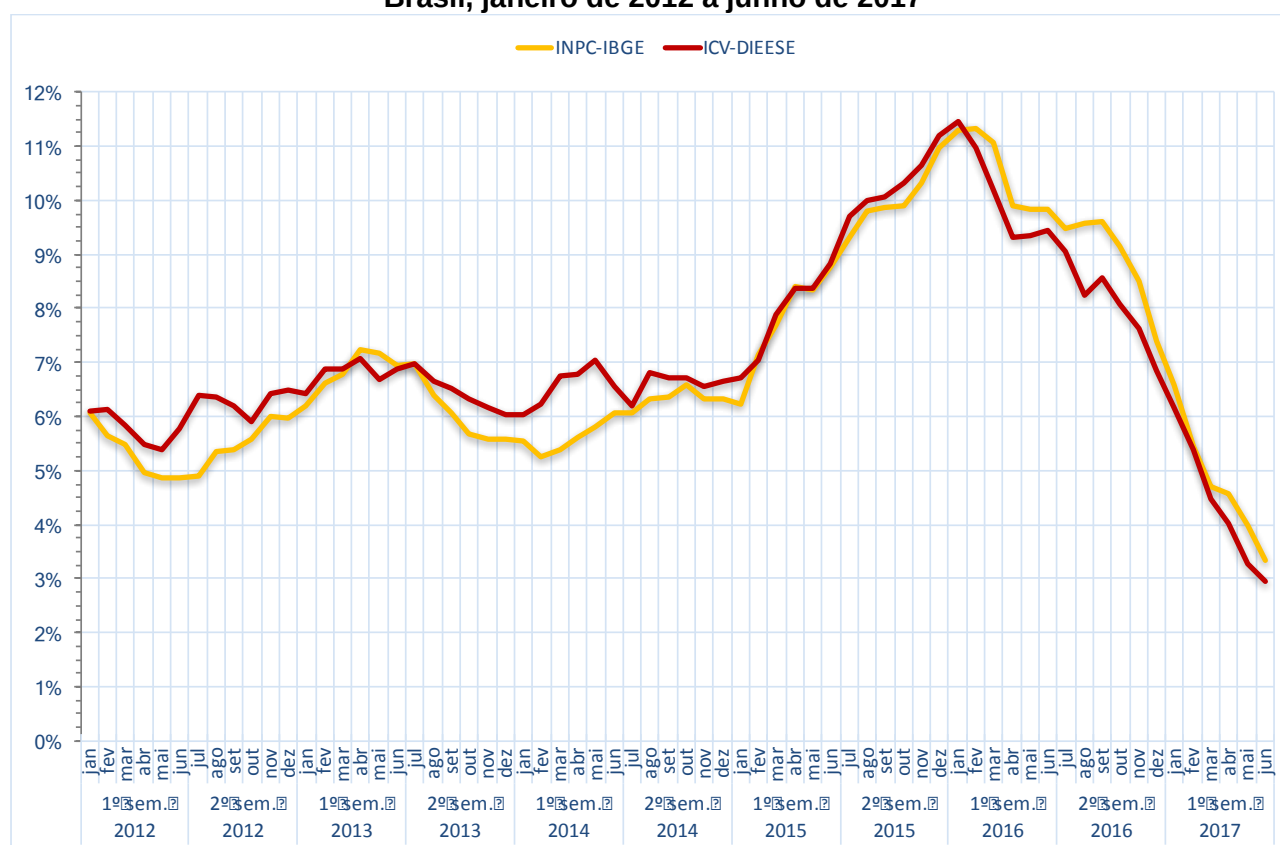
De fato, no primeiro semestre deste ano houve melhora na distribuição dos reajustes comparado aos últimos dois anos, porém o aumento real médio ficou distante do registrado no período de 2005 a 2014 em que a variação era próxima ou superior a 1%.

Em resumo, as baixas taxas de inflação contribuíram para os melhores resultados das negociações do primeiro semestre de 2017. Porém, ainda devem ser considerados obstáculos para a conquista de reajustes maiores a lenta recuperação econômica demonstrada pela estagnação do PIB no primeiro semestre, a alta taxa de desemprego e o crescimento das ocupações precárias (assalariamento sem carteira e trabalho autônomo). Sobre estas, em particular, teme-se que cresçam ainda mais, dado os estímulos previstos na reforma trabalhista, contida na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao balanço dos reajustes do primeiro semestre de 2017. O Gráfico 8 traz a evolução dos reajustes necessários por data-base (inflação acumulada nos 12 meses anteriores), segundo o ICV-DIEESE e o INPC-IBGE, desde 2012. A Tabela 6 traz a distribuição dos reajustes analisados no balanço, segundo data-base. A Tabela 7 apresenta a distribuição dos reajustes de acordo com o tipo de instrumento coletivo. A Tabela 8 mostra a distribuição dos reajustes segundo o setor e a atividade econômica das categorias profissionais. E a Tabela 9 traz a distribuição dos reajustes segundo região geográfica e Unidade da Federação.

GRÁFICO 8
Reajuste necessário nas datas-bases, segundo índice inflacionário, por data-base
Brasil, janeiro de 2012 a junho de 2017



Fonte: IBGE e DIEESE

TABELA 6
Reajustes salariais, segundo data-base
Brasil, 2012 a junho de 2017

Data-base	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1º sem.	502	497	498	489	483	300
Janeiro	82	94	96	94	96	77
Fevereiro	22	23	24	24	24	18
Março	98	92	88	90	92	65
Abril	53	54	55	53	51	41
Maio	196	184	185	180	176	85
Junho	51	50	50	48	44	14
2º sem.	300	287	282	264	237	-
Julho	31	30	32	29	27	-
Agosto	32	31	30	29	31	-
Setembro	87	86	83	83	75	-
Outubro	57	53	52	50	42	-
Novembro	80	76	74	61	52	-
Dezembro	13	11	11	12	10	-
Total	802	784	780	753	720	300

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Embora sejam acompanhados os reajustes de um painel fixo de unidades de negociação, o número de registros varia em razão de alguns fatores, dos quais se destacam: a) alteração da data-base das categorias profissionais acompanhadas; b) não encerramento da negociação coletiva; c) extinção da unidade de negociação acompanhada pelo SAS-DIEESE e d) ausência de informação do reajuste.

TABELA 7
Distribuição dos reajustes salariais, segundo tipo
de instrumento coletivo
Brasil, janeiro a junho de 2017

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	24	8,0
Convenção Coletiva	276	92,0
Total	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais, segundo setor
e atividade econômica
Brasil, janeiro a junho de 2017

Setor / Atividade	nº	%
Indústria	125	41,7
Alimentação	17	5,7
Artefatos de Borracha	1	0,3
Construção e Mobiliário	32	10,7
Extrativista	1	0,3
Fiação e Tecelagem	7	2,3
Gráfica	8	2,7
Joalheria e Lapidação	1	0,3
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	19	6,3
Papel, Papelão e Cortiça	3	1,0
Química e Farmacêutica	10	3,3
Urbana	12	4,0
Vestuário	14	4,7
Comércio	43	14,3
Minérios e Derivados de Petróleo	8	2,7
Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	2	0,7
Varejista e Atacadista	33	11,0
Serviços	132	44,0
Agentes Autônomos no Comércio	3	1,0
Bancos e Seguros Privados	8	2,7
Comunicações, Public. e Empresas Jornalísticas	9	3,0
Cultura Física	1	0,3
Difusão Cultural	3	1,0
Educação	24	8,0
Processamento de Dados	2	0,7
Segurança e Vigilância	14	4,7
Serviços de Saúde	10	3,3
Transportes	25	8,3
Turismo e Hospitalidade	33	11,0
Total	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 9
Distribuição dos reajustes salariais, segundo região geográfica
e Unidade da Federação
Brasil, janeiro a junho de 2017

Região Geográfica / Unidade da Federação	nº	%
Norte	17	5,7
Amazonas	9	3,0
Pará	7	2,3
Rondônia	1	0,3
Nordeste	73	24,3
Alagoas	2	0,7
Bahia	23	7,7
Ceará	16	5,3
Paraíba	6	2,0
Pernambuco	8	2,7
Piauí	3	1,0
Rio Grande do Norte	10	3,3
Sergipe	5	1,7
Centro-Oeste	31	10,3
Distrito Federal	9	3,0
Goiás	17	5,7
Mato Grosso	2	0,7
Mato Grosso do Sul	3	1,0
Sudeste	101	33,7
Espírito Santo	4	1,3
Minas Gerais	22	7,3
Rio de Janeiro	22	7,3
São Paulo	53	17,7
Sul	75	25,0
Paraná	22	7,3
Rio Grande do Sul	25	8,3
Santa Catarina	28	9,3
Nacional	3	1,0
Total	300	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas, pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais) ou captados no Sistema Mediador, base de dados de instrumentos coletivos mantida pelo Ministério do Trabalho. Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos de comunicação impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação coletiva de salários no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra probabilística.
4. Cada registro refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um contrato formalizado entre as partes.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais acordados por 300 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os reajustes conquistados pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são, em geral, diferentes dos aplicados aos demais salários. No presente estudo, foram considerados somente os reajustes aplicados aos salários superiores aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e variação real média dos reajustes, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, os percentuais aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.



Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo/SP

05001-900

Fone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394

E-mail: en@dieese.org.br

www.dieese.org.br

Direção Sindical Executiva

Presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor Técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de Educação e Comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas: Ângela Schwengber

Coordenadora Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas

Equipe técnica responsável

Daniel Ribeiro

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Frederico Melo (crítica)

José Álvaro Cardoso (crítica)

Paulo Jager (crítica)